



## Passo promissor, com reservas



### Editorial Nuno Pacheco

Foi preciso chegar ao 12.º ano de publicação de rankings das escolas, que em Portugal começaram a ser divulgados por pressão do PÚBLICO, para que finalmente, em 2012, o Ministério da Educação tenha decidido divulgar outros indicadores que permitem, de algum modo, dar o primeiro passo no sentido da promessa que em 2010 aqui fizemos: dar um “novo e indispensável salto no conhecimento das nossas escolas”.

Ou seja, às tabelas feitas unicamente com base nas notas dos exames (as que temos até agora publicado, porque eram esses os únicos dados que o Ministério disponibilizava) vieram agora juntar-se outros indicadores, como a habilitação média (em anos de escolaridade) dos pais dos alunos, a profissão do pai e a percentagem de alunos que, por agrupamento ou escola, recorrem à Acção Social Escolar. Isto é suficiente? De modo algum. Até porque tais dados socioeconómicos só integram as escolas públicas e, destas, só para as do continente. Aliás, apesar de neste ano se terem mantido os dez dias entre a entrega dos dados aos jornais e o embargo determinada pelo Ministério para a data de publicação dos rankings, tal período de tempo é curto para uma análise mais aprofundada dos dados em presença. Mesmo assim, arriscámos fazê-lo e contámos para isso com o inestimável trabalho de uma equipa de Universidade Católica do Porto, liderada por Joaquim Azevedo, que fez para o PÚBLICO um novo mapa das escolas e do seu desempenho, e que será uma base pioneira para futuras abordagens. Até porque a actual, a par das novidades que permitem novas e úteis leituras, se depara ainda com limitações, explicadas pormenorizadamente nestas páginas e nas seguintes.

Joaquim Azevedo, em conclusão, escreve: “Apesar dos limites evidentes destes novos dados, já se pode promover uma análise bem mais fiel quer dos resultados dos exames quer dos rankings que os media promovem. Já se pode respirar mais profundamente em muitas escolas.” E só por isso o Ministério estará de parabéns. Mas são parabéns reservados. Porque, como também conclui Joaquim Azevedo, e é de sublinhar, os novos dados (mais e mais complexos) chegaram com apenas dez dias para serem tratados; os dados de contexto são por agrupamento e não por escola, o que distorce, em parte, a análise que deles se faz; e referem-se apenas às escolas públicas, deixando de lado as privadas. Isto faz com que, para a ambição que todos tínhamos, estejamos ainda a menos de meio caminho. Deu-se um passo importante, é certo, mas isso só nos deve motivar a que queiramos mais e melhor no futuro. Há muito mais dados a cruzar, elementos a descobrir, análises a fazer. Se o Ministério da Educação quiser participar neste esforço, terá de fazê-lo não só de forma mais organizada e construtiva como terá de prestar mais atenção às estatísticas e ao seu significado. Não se compreende como é que um Ministério dirigido por alguém que tanto fala em rigor e que é um apaixonado pela matemática fornece, por exemplo, taxas de conclusão maioritariamente erradas e que só foram corrigidas dias depois da entrega aos jornais. Seja desatenção ou incompetência de quem trata os dados na origem, isto só mostra que o Ministério da Educação continua a ter uma má relação com a estatística.

Hoje, damos um novo passo no caminho do aperfeiçoamento dos rankings. É apenas uma parte do que nos propomos fazer no futuro. Era importante, por exemplo, traçar um percurso dos alunos, de cada aluno, ao longo dos ciclos de escolaridade. É um objectivo ambicioso, é certo, mas não descansaremos enquanto não nos aproximarmos dele. As nossas escolas e a sociedade em geral só terão a ganhar com isso.